

Congresso quer resolver impasse orçamentário

Projeto de Coronel só trata de 2025. Pode haver outro para 2024

Por Gabriela Gallo

Em meio às expectativas para redefinir as regras referentes às emendas parlamentares, especialmente as emendas de transferência especiais (emendas Pix), o Congresso Nacional deve votar projeto de lei complementar (PLP) que altera as regras para trazer maior transparência e rastreabilidade às emendas na próxima semana. Com a votação no Congresso e aprovação do tema, o caso deixará de ser uma queda de braço entre Legislativo e Judiciário, além de liberar a discussão referente ao orçamento de 2025 no Congresso.

Nesta quarta-feira (23), os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se reuniram com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luis Roberto Barroso, o ministro Flávio Dino e o advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, para tratar do assunto. Inicialmente, estava previsto o projeto ser protocolado na quinta-feira (24). Segue a expectativa de que o texto seja apreciado e votado tanto na Câmara quanto no Senado na próxima semana, logo após o segundo turno eleitoral (27).

Após o encontro, foi publicada a “Nota conjunta relativa à reunião entre o STF, Câmara, Senado e Executivo sobre emendas parlamentares”, que informou que após a votação nas duas Casas, “o relator no STF irá avaliar a continuidade da execução das emendas parlamentares e submeter o tema ao Plenário do Supremo Tribunal Federal”.

O PLP é elaborado pelo relator da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025, senador Angelo Coronel (PSD-BA).



Saulo Cruz/Agência Senado

Projeto de Coronel só prevê solução para o orçamento de 2025

Na terça-feira (22) ele se encontrou com Arthur Lira e o ministro da Casa Civil, Rui Costa, para tratar do tema. No dia, Coronel destacou que acredita que a proposta será resolvida o mais breve possível.

Novas e antigas

Quando os três poderes se reuniram para discutir a legalidade das emendas Pix, eles chegaram ao acordo de que essas emendas continuam permitidas, desde que respeitem os critérios de transparência, rastreabilidade e correção da aplicação desses recursos. No acordo, Flávio Dino, que é o relator de ações que questionam a destinação dos recursos no STF, determinou que fossem entregues nomes e destinos de emendas de anos anteriores. Porém, as chances desses nomes virem à tona são baixas. E enquanto o Congresso Nacional não detalhar essas informações ao magistrado, os recursos retidos não serão liberados.

A questão é que as mudanças apresentadas pelo relator

da LOA valem somente a partir de 2025, desconsiderando as emendas retidas pelo STF referentes a 2024 e anos anteriores. A nota conjunta entre os poderes reitera que, em relação às emendas de anos anteriores, “as equipes técnicas da Câmara, do Senado e do Executivo vão prestar informações nos autos, em consonância com o acórdão do Plenário do STF”.

Com isso, existe a expectativa de que sejam protocolados dois projetos de lei: um referente às emendas de 2024 e outro para as emendas de 2025. E os parlamentares devem ter pressa para definir a medida, já que as votações referentes ao Orçamento para o próximo ano estão travadas desde que Dino suspendeu as emendas. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) suspendeu a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enquanto não for definido como serão tratadas as emendas Pix.

Mudanças

Dentre as principais mu-

danças propostas por Angelo Coronel estão a redução do número de emendas de banca disponibilizados, passando de 15 para no máximo dez. Em relação às emendas PIX, os recursos terão prioridade para obras inacabadas e para estados em situação de calamidade – como as enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul neste ano. O PLP ainda determina que, após o pagamento do convênio, o ministério responsável pelo setor relacionado à emenda deve encaminhar um e-mail para as Câmaras de Vereadores e para as Assembleias Legislativas dos respectivos estados e municípios que receberem o recurso.

“Quando [o recurso] cai no interior do Brasil, os vereadores ficam sabendo e vão cobrar aquela ação do prefeito. Então, o vereador será também um fiscal da elaboração e da confecção, ou seja, da construção desse convênio”, explicou Angelo Coronel em entrevista à Globonews.

SP: Polícia aponta três suspeitos de atentado contra prefeito

A Polícia Civil anunciou, na quinta-feira (24), ter avançado para três suspeitos de participar do atentado a tiros contra José Aprígio da Silva (Podemos), prefeito e candidato à reeleição de Taboão da Serra, na Grande São Paulo.

Um deles, identificado como Gilmar de Jesus Santos, está preso e os outros dois, Jefferson Ferreira de Souza e mais um não identificado, têm mandado de prisão temporária expedido. Um terceiro mandado de prisão foi solicitado, mas a polícia não passou detalhes sobre ele ou como a pessoa teria atuado no crime.

Gilmar foi preso na segunda-feira (21). Com ele, foi apreendido quase R\$ 8.000 no bolso, afirma a polícia. Segundo a corporação, ele estaria na direção do veículo no momento do atentado, enquanto Jefferson teria auxiliado na fuga.

Nenhuma das quatro pessoas investigadas foram indiciadas. A polícia ainda não fala na possível motivação.

O prefeito Aprígio ainda não foi ouvido pelas autoridades. Os delegados responsáveis pelo caso falaram em fortes indícios que os suspeitos se conheciam. A arma do crime não foi apreendida.

Falaram nesta quinta à imprensa os delegados Júlio Guebert, diretor do Demacro, Hé-



Divulgação/Podemos

Prefeito e candidato à reeleição em Taboão da Serra (SP)

lio Bressan, delegado seccional de Taboão da Serra, e Daniel Coehn, titular do 1º DP de Taboão da Serra.

Prioridade

Eles disseram que o caso é prioridade, levando em consideração a gravidade do crime, cometido próximo às eleições, e afirmaram que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), tem acompanhado de perto.

O candidato à reeleição sofreu o atentado em 18 de outubro, na Rodovia Regis Bittencourt, quando visitava bairros da

cidade afetados pela chuva. No dia, o carro no qual estava foi atingido por disparos, que o acertaram no ombro.

Depois do primeiro atendimento em Taboão, ele foi transferido para o Hospital Albert Einstein, no Morumbi, em São Paulo. Conforme boletim médico, Aprígio sofreu ferimento na região da clavícula esquerda.

A última informação sobre seu estado de saúde, dada na terça-feira (22), aponta que o político já foi transferido da UTI (Unidade de Terapia Intensiva) para um quarto, tem quadro de saúde estável e segue em recuperação.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Divulgação/Campanha do MDB

Prefeito discursa em evento com ex-presidente

O presente de grego de Bolsonaro para Nunes

Integrantes da campanha de Ricardo Nunes (MDB), candidato à reeleição para prefeito de São Paulo, atribuem ao almoço dele com Jair Bolsonaro (PL) a diminuição de sua vantagem sobre Guilherme Boulos (Psol).

Segundo o Datafolha, a diferença caiu de 18 para 14 pontos em uma semana, o que ainda garante uma boa folga para o emedebista.

Para aliados, o encontro de terça teve dois grandes problemas: evidenciou a falta de empatia entre o ex-presidente e Nunes e reforçou a não adesão do prefeito a cláusulas pétras do bolsonarismo, como a afirmação de que, em 2022, houve fraude no processo eleitoral.

Além disso, uma aproximação com Bolsonaro tende a ser rejeitada por eleitores menos radicais.

Desnecessário

O almoço foi considerado desnecessário na campanha, já que a grande maioria de ex-eleitores de Bolsonaro (84%, segundo o Datafolha) já votava em Nunes (apenas 6% em Boulos). O emedebista ainda tem 26% dos votos que preferiram o pequista em 2022.

Laços

O encontro só ocorreu pela necessidade de o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) melhorar a relação com Bolsonaro — este teme que o aliado seja candidato ao Planalto em 2026. Tarcísio volta e meia precisa reafirmar seus laços com o bolsonarismo.



Reprodução

Coach provoca psolista durante debate no primeiro turno

O risco de Boulos ao aceitar convite de Marçal

A decisão de Boulos de participar, hoje, desabatinada comandada pelo ex-adversário Pablo Marçal é como o momento em que, atrás de um gol salvador, o goleiro do time que perde vai pra área adversária.

Há chance de ele conseguir marcar, mas também é grande a possibilidade de ele tomar bola nas costas.

Isso, principalmente pelo risco de seu gesto ser considerado uma espécie de perdão a Marçal, que chegou a divulgar um laudo falso sobre uso de drogas pelo psolista.

Na época, Boulos pediu a prisão do adversário, não determinada pela Justiça. Antes dissera que ele não poderia ser “normalizado”.

Radical

A sabatina é vista na campanha do psolista como uma tentativa radical de ele conseguir votos de eleitores do coach. O Datafolha confirmou que a grande maioria dos que optaram pelo candidato do PRTB — 74% — declara que irá votar em Nunes. Boulos fica com 11%.

Demora

Aliados de Boulos lamentam que a campanha tenha demorado a encontrar um caminho no segundo turno. Avaliam que a decisão de dormir em casas de eleitores e realização de debates no meio da rua renderam muito bem e deveriam ter sido adotadas antes.

Ônibus

O medo da abstenção fez com que Nunes determinasse que, domingo, dia da eleição, a maior parte da frota de ônibus em São Paulo seja colocada nas ruas. A campanha de Boulos teme, porém, uma oferta reduzida nas áreas em que ele ganhou no primeiro turno.

Palco iluminado

O debate de hoje na Globo vai repetir a fórmula de encontros usados em eleição presidencial já adotada pela emissora e usada também pela Band na atual campanha. Os candidatos vão poder andar pelo palco e terão que administrar o próprio tempo.

Por Ana Gabriela Lima (Folhapress)